



PLANO ESTRATÉGICO DA
COMISSÃO EPISCOPAL DE
JUSTIÇA E PAZ
(CEJP)

2020 a 2024



DEZEMBRO DE 2019

Rua da Resistência Nº 1175, Maputo

Ficha Técnica

- Título:** Plano Estratégico da Comissão Episcopal de Justiça e Paz 2020-2024
- Autor:** Comissão Episcopal de Justiça e Paz
- Consulta:** **Comissão Episcopal de Justiça e Paz**
Dom Luiz Fernando Lisboa, Sr. Augusto Bassa João, Sr. Brás Djedje e Sr^ª. Lindoca Tomás
Comissões Diocesanas de Justiça e Paz e Grupo de Reflexão Interdiocesano
Ir^ª Lourdes Bonfleuher, Ir^ª Pilar de la Puerta, Pe. Elton João Laissonne, Pe. Daniel Augusto de Sousa, Pe. Pinho dos Santos Martins, Pe. Ciprisio (Fidel) Salazar del Muro, Pe. Guilherme Mucavele, Pe. Eduardo Mouzinho Suana, Sr. Miguel João Ramos, Sr. Marcelino Hilário Ernesto, Sr. Fernando Nhantave, Sr. Thomas Selemene, Sr^ª Beatriz Ferro e Sr^ª Flora Manhique.
Departamento Social da Conferência Episcopal de Moçambique
Ir^ª Marinês Biasbetti, Sr. Santos Gotine, e Sr. António Anosso.
Departamento Pastoral da Conferência Episcopal de Moçambique
Ir^ª Madalena Manhica
Parceiros
Misereor: Anabela Belo
CRS: Hannah Kyle
FEC: Tiago Coucelo
- Assessoria:** Hemma Tengler
- Compilação:** Ir^ª Madalena Manhica, Sr. Thomas Selemene, Sr. Augusto Bassa João, Sr. Miguel João Ramos, Sr. Brás Djedje

Financiador:  MISEREOR
IHR HILFswerk

Impressão: CIEDIMA, Lda

Nº de registo: /RLINICC/2020

Tiragem: exemplares

Maputo, 2019



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ
MOÇAMBIQUE

Índice

Abreviaturas	5
Prefácio	7
1. QUEM SOMOS NÓS?	9
1.1 Introdução	9
1.2 Breve historial da CEJP	10
1.3 Diagnóstico da organização	13
Quadro FOFA	14
1.4 Visão	17
1.5 Missão	17
1.6 Valores (DSI)	17
1.7 Princípios	17
1.8 Objectivo geral da CEJP	18
2. ONDE ESTAMOS?	19
2.1 Contexto Político	19
2.2 Contexto económico	20
2.3 Contexto social	22
2.4 Contexto cultural	23
2.5 Contexto religioso	25
2.6 Contexto eclesial	25
3. PARA ONDE VAMOS?	27
3.1 Objectivo Geral da CEJP	27
3.2 Áreas temáticas da CEJP	27
3.3 Objectivos estratégicos	27
3.3.1. Fortalecer a participação activa do cidadão na monitoria dos programas da governação e das instituições demo- cráticas.....	28
3.3.2. Estabelecer espaços de diálogo e promoção da paz.....	28

3.3.3. Empoderar as comunidades na defesa e no acesso ao bem comum.	28
3.3.4. Estimular o exercício dos direitos humanos a luz da DSI.	28
3.3.5. Aumentar a capacidade de resposta nas áreas temáticas da CEJP e das CDJPs.	29
3.4 Metas.....	30
3.5 Quadro lógico	43
4. COMO VAMOS?	43
4.1 Estrutura, Funções e Responsabilidades	45
4.2 Staff	46
4.3 Estilo	46
4.4 Estratégias de intervenção	49
4.5 Sistemas	49
4.5.1.Comunicação	53
4.5.2.Gestão do programa e projectos	53
4.5.3.Gestão financeira	54
4.6 Habilidades	55
4.7 Recursos	56
4.8 Sustentabilidade	56

ABREVIATURAS

CAFOD	Catholic Agency For Overseas Development
CDJP	Comissão Diocesana de Justiça e Paz
CEMIRDE	Comissão Episcopal de Migrantes, Refugiados e Deslocados
CEJP	Comissão Episcopal de Justiça e Paz
CEM	Conferência Episcopal de Moçambique
CIP	Centro de Integridade Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CRS	Catholic Relief Service
DSI	Doutrina Social da Igreja
EISA	Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa
GRI	Grupo de Reflexão Interdiocesano
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
IMBISA	Inter-Regional Meeting of Bishops of Southern Africa
IPA	Institute for Peace Building in Africa
J&P	Justiça e Paz
MdE	Memorando de Entendimento
MdV	Meios de Verificação
OMR	Observatório do Meio Rural
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
SECAM	Simpósio das Conferencias Episcopais da Africa e Madagáscar

UNICEF

Organização das Nações Unidas para as Crianças

WLSA

Women and Law in Southern Africa

PREFÁCIO

O presente Plano Estratégico da Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) para o período 2020 a 2024 é resultado de um processo participativo que iniciou com um workshop nos dias 19 e 20 de Fevereiro de 2019 do qual participaram as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz (CDJPs), as Comissões Sociais da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), as Comissões de Justiça e Paz das Congregações religiosas e os Parceiros de Cooperação da Igreja Católica. Foram definidas as áreas temáticas, os métodos de elaboração, a estrutura do Plano Estratégico e a equipe de elaboração.

O Plano Estratégico da CEJP 2020 - 2024 será um instrumento fundamental de orientação para desenvolver uma visão de médio e longo prazo e, assim, alcançar os objectivos da Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Moçambique. Neste contexto, o Plano estratégico é o instrumento que vai orientar a Comissão na tomada de decisões e na aplicação de seus recursos humanos e financeiros para a sua concretização.

Este Plano Estratégico baseia-se em 5 objectivos estratégicos, nomeadamente: Fortalecer a participação activa do cidadão na monitoria dos programas da governação e das instituições democráticas; ii) Estabelecer espaços de diálogo e promoção da paz; iii) Empoderar as comunidades na defesa e no acesso ao bem comum; iv) Estimular o exercício dos direitos humanos à luz da DSI; e v) Aumentar a capacidade de resposta nas áreas temáticas da CEJP e das CDJPs.

Desejamos que os referidos objectivos estratégicos do Plano sejam vectores de empoderamento das lideranças no sentido de trabalhar por uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas tenham sua dignidade resgatada, respeitada e valorizada, onde os direitos humanos sejam uma realidade e não uma utopia.

Entendemos que com este Plano Estratégico estão criadas as condições de articulação e trabalho conjunto com as CDJPs, com as Comissões Sociais da CEM, com os Parceiros de Cooperação da Igreja Católica, com as Instituições do Estado moçambicano, com as ONGs e com a Sociedade Civil moçambicana. Com isso, responderemos também às três perguntas presentes neste Plano Estratégico, nomeadamente: i)

Onde estamos?; ii) Para onde vamos?; e iii) Como vamos?

Em nome da Comissão Episcopal de Justiça e Paz endereço um especial agradecimento à MISEREOR, à CAFOD e à CRS que já nos apoiam e humildemente convidamos outros parceiros para juntarem-se a nós a fim de trabalharmos juntos na materialização deste Plano Estratégico.

Assim, na qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz declaro aprovado o presente Plano Estratégico que constituirá uma referência para as actividades da referida comissão bem como a articulação com as CDJPs, Comissões Sociais da CEM, Congregações Religiosas, Parceiros de Cooperação da Igreja Católica, Instituições do Estado moçambicano, ONGs e a Sociedade Civil moçambicana.

Maputo, 10 de Dezembro de 2019

D. Luiz Fernando Lisboa, cp

Bispo de Pemba, Coordenador do Departamento Social da CEM e Presidente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz

1 QUEM SOMOS NÓS?

1.1 Introdução

A Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) é um *órgão colegial* da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) erigida com a finalidade de incitar e promover os ideais da Justiça e da Paz à Luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja (Estatuto da CEM, Artigo 25, 2011). Portanto, é uma organização baseada na fé que se orienta através dos valores e princípios da Doutrina Social da Igreja Católica que constituem ideais estruturantes da vida social. Ela surge da necessidade de responder e concretizar o voto do Concílio Vaticano II, procurando criar um organismo encarregado de “suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos actuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas o auxílio, de maneira que possam prover por si próprias e para si próprias ao seu progresso. Por isso, a Comissão, atendendo ao chamado da fé, esforça-se para construir uma ordem moral e social justa. Acompanha, serve e defende a causa das camadas vulneráveis e empurradas à margem ajudando-as a transformar as comunidades nas quais vivem e as estruturas injustas que lhes mantém pobres e desfavorecidos. Ela respeita as tradições, as culturas, as religiões, as estruturas, os costumes à medida em que estas melhorem e defendam a dignidade da pessoa humana, tendo em conta que “uma sociedade justa pode ser alcançada apenas no respeito da dignidade transcendente da pessoa humana” (Compendio da Doutrina Social da Igreja, No 192).

A CEJP promove os Direitos Humanos e trabalha em solidariedade com os pobres e marginalizados para alcançar os frutos da paz, da justiça e

do desenvolvimento humano, na visão de criar um mundo onde todos os seres humanos recebam o que lhes é de direito como filhos e filhas de Deus.

Durante o desenvolvimento das suas actividades a CEJP garante que o poder, as decisões e a responsabilidade sejam desenvolvidos ao nível diocesano e paroquial em que podem ser exercidos apropriadamente. Ao fazê-lo, a CEJP, esforça-se em fortalecer para que estes possam assumir maior protagonismo, autonomia e responsabilidade (Encíclica Quadragésimo Anno, AAS 23, 1931).

A CEJP subordina-se à Conferência Episcopal de Moçambique, e, em termos de coordenação, colabora com as Comissões Episcopais (*sociais*), com as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz, Comissões de Justiça e Paz das congregações religiosas, e com outras igrejas.

Para além das instituições acima mencionadas a CEJP colabora com as autoridades governamentais moçambicanas. Procura estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil moçambicana, com parceiros de cooperação internacionais outros interessados que partilham os princípios e valores da Doutrina Social da Igreja.

1.2 Breve historial da CEJP

A Comissão Episcopal de Justiça e Paz de Moçambique nasce como extensão da Comissão Pontifícia criada em Roma após o Concílio Vaticano II. Do surgimento do Pontifício Conselho Justiça e Paz, a Igreja de Moçambique começa a trabalhar no sentido de arrancar as “ervas más da injustiça e plantar as flores da justiça”. A CEJP foi criada oficialmente pela Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) em 1977 e presidida pelo Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves

(Comissão Episcopal de Justiça e Paz. *Construindo um Moçambique Melhor – 1º Congresso Nacional das Comissões Diocesanas de Justiça e Paz*. Beira, 2006).

Com a assinatura do Acordo Geral da Paz em 1992, a Comissão reergueu-se e iniciou a desenvolver vários programas no âmbito da sua vocação conforme pode ser vislumbrado na tabela 1.

Tabela 1. Programas da CEJP de 1992 a 2018

Período	Programa	Observações
1992-1995	Programa de Pacificação e Reconciliação – visava mobilizar a opinião pública para o perdão e a reconciliação nacional após a guerra civil.	<ul style="list-style-type: none"> • Efeito principal do Programa: abandono das armas por parte do povo, vivência da paz e reconciliação; • Grande participação da população nas Eleições de 1994.
1996-2000	Programa de Consolidação da Paz – visava a formação dos Animadores da Justiça e Paz (Integradores Sociais) para que estes pudessem activar na sociedade moçambicana o processo da criação e desenvolvimento da cultura de paz.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprofundamento da compreensão da democracia, multipartidarismo e dos direitos humanos; • Preservação e consolidação da paz; • Maior consciência da participação política no processo das eleições de 1999.
2001-2006	Programa Educando para a Cidadania – com o objectivo de consolidar a paz e as estruturas democráticas do País, através do resgate dos valores éticos, cívicos e organizacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes comunitários de J&P fizeram educação para a cidadania, sendo 30% de mulheres participantes; • Comunidades com maior capacidade de análise da realidade local.

Período	Programa	Observações
2007-2009	Programa Construindo um Moçambique melhor – visava buscar o crescimento e a consolidação da participação activa dos cidadãos, individual e colectivamente, com valores éticos, nos processos democráticos e de desenvolvimento político e sócio-económico através da formação e capacitação.	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadãos gozam dos seus direitos, liberdades e garantias individuais e colectivas. • Formação de observadores eleitorais. • Estudo e debate sobre o DUAT e criação de comissões de moradores para a defesa dos seus terrenos. • Reclusos restituídos à liberdade; • Apoio de tecto, alimentos, banho e medicina alternativa para Pessoas Vivendo com HIV&SIDA.
2010-2013	Programa de Justiça Económica – visava a formação de agentes sobre a cesta das necessidades básicas	<ul style="list-style-type: none"> • Cesta das necessidades básicas • Actividades das agentes de justiça e paz nos problemas inerentes à usurpação de terra, meio ambiente, e combate aos casamentos prematuros. • Observação eleitoral das Eleições Autárquicas de 2013
2014-2018	Projectos anuais: Apoio a CEJP para Observação Eleitoral 2014, Integração da perspectiva de Género na CEJP, Comunicação efectiva, Capacitação dos Coordenadores Diocesanos de Justiça e Paz, Formação de agentes da pastoral penitenciária.	<ul style="list-style-type: none"> • Observação eleitoral das Eleições Gerais de 2014 e Autárquicas de 2018 • Combate de casamento prematuro e da violência baseada no género. • Advocacia acerca da usurpação de terra pelos megaprojectos de agro-negócio e extração mineral. • Capacitação institucional da CEJP • Ciclos de conferência sobre DSI. • Semanas Sociais diocesanas.

1.3 Diagnóstico da organização

Como demonstra o quadro da análise FOFA (Forças Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) a seguir, a CEJP conta com uma série de forças e habilidades internas, um apoio institucional para eliminar as fraquezas internas identificadas e enfrentar as ameaças conjunturais do seu trabalho. Por isso, a capacitação institucional é um dos objectivos estratégicos deste plano.

As oportunidades identificadas mostram que há campo para novas parcerias de financiamento facilitadas pela credibilidade da Igreja Católica e dos resultados do trabalho da CEJP. A negociação de tais parcerias devem ser da iniciativa da CEJP. As Comissões Diocesanas por sua vez devem também tomar a iniciativa de procurar parcerias e angariar fundos, se necessário com a facilitação da CEJP.

Existe um espaço para intensificar a advocacia pública através de trabalho em rede com as Comissões entre si e com outras OSCs e em novas plataformas nacionais. Este é um dos métodos encontrados para ultrapassar e enfrentar os desafios e ameaças do trabalho na justiça e paz.

Quadro FOFA

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Ligação e suporte da CEM, CEJP e Comissões integradas na estrutura da Igreja Católica, representantes e activistas do nível nacional, nas dioceses, até as zonas, paróquias e comunidades Cristãs. • Liderança interna forte. • Secretariado da CEJP em Maputo, Comissões diocesanas de J&P activas na maioria das dioceses. • Comprometimento da organização pelos valores éticos e morais da DSI e dos direitos humanos. • Habilidades (Saber fazer): algum conhecimento jurídico /assessoria jurídica, fazer publicações/material publicitário, organizar conferências e debates. • Análises e estudos sobre a situação socioeconómica, Membros das CIPs tem informações sobre situação social, cultural e religiosa local. • Existência do Grupo de Reflexão Interdiocesano (GRI) e dos seus estudos. • Poder de mobilização, influência na opinião pública com os debates, publicações, voz moral através da CEM e do presidente da CEJP, influência através da observação eleitoral, voz em algumas plataformas da sociedade civil e nas rádios comunitários. • Recursos: estrutura organizacional com staff profissional, colaboração de religiosos/-as nas Comissões Diocesanas, membros voluntários e activistas. Escritórios com algum equipamento. • Actividades realizadas: Semana Social, Conferências sobre DSI, formações e capacitações, disseminação de informação em publicações e manuais, lobbying com instituições públicas, observação eleitoral, encontros nacionais dos coordenadores diocesanos de J&P, participação em conferências internacionais. • Parcerias com outras OSCs: IESE, ADS, EISA, CIP OMR, Escola de Ética. • Existência de um parceiro com contrato assinado e a financiar actividades. • Bom relacionamento e vontade de parceiros internacionais de financiar a CEJP. • Existência de colaboradores dedicados à justiça e paz. • Boa imagem da Igreja na sociedade. • Oração, comunhão, unidade na diversidade, firmeza/ determinação, ser voz para os que não têm voz e vez. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de um programa específico visando o fortalecimento da capacidade institucional da CEJP. • Ausência de instrumentos de gestão (plano estratégico, estratégia de comunicação e de marketing). • Exiguidade de recursos humanos e financeiros. • Falta de uma fonte própria de recursos para sustentar a organização. • Dependência de um único doador. • Meios de trabalho insuficientes e interrupção de pagamento de salários. • Precariedade dos contratos de trabalho dos colaboradores, em particular e formadores, provocando maior rotagem dos quadros e afectando a sustentabilidade da formação efectuada. • Falta de pessoal qualificado e preparado para a sensibilização das comunidades e fragilidade dos agentes de pastoral. • Dificuldade em fazer o acompanhamento regular das paróquias devido às longas distâncias e falta de meio de transporte, (comunicação). • Fraco funcionamento de algumas Comissões Diocesanas de J&P. • Fragilidade na Pastoral conjunta ao nível das Dioceses e das Comissões Episcopais. • Diferença de suporte do trabalho de J&P por parte dos bispos e párocos. • Falta da clareza das relações de trabalho/linhas de articulação entre o Secretariado Geral da CEJP e as Comissões Diocesanas de J&P e das Comissões paróquias. • Falta de um estudo de base da demanda das comunidades dum projecto no contexto dos direitos humanos, justiça, paz e desenvolvimento. • Lacunas nas habilidades de assessoria jurídica, fazer lobbying e advocacia política, seguimento de casos de conflitos de terra de algumas comissões diocesanas. • Falta a troca regular de informações e relatórios entre dioceses e a CEJP e vice versa. • Grandes limitações de recursos reduzem a intensidade da atuação e do impacto da CEJP e das Comissões Diocesanas de J&P. • Dificuldade de satisfazer diferentes sistemas de gestão financeira dos doadores. • Fracos sistemas administrativos ao nível das dioceses dificultam a prestação de contas aos doadores. • Sistema de Monitoria e avaliação ainda incipiente.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Acordo de princípios entre a Santa Sé e o Estado Moçambicano e legislação nacional que permite a intervenção na área de Justiça e Paz. • Perspectivas de futuros financiamentos por parceiros internacionais. • Intercâmbio e cooperação internacional com outras redes de direitos humanos. • Jovens estudantes com força e vontade de trabalho em regime de voluntariado, prestando assessoria jurídica as comunidades e aos reclusos. • Fortalecer e expandir a parceria dos serviços de assistência jurídica do IPAJ. • Parceria para intensificar a Observação eleitoral e negociar novo pacote eleitoral. • A CEJP tem potencial para a advocacia de interesse público, por exemplo, Monitoria e Avaliação dos programas de governação. • Parcerias para influenciar os detentores do poder através de diálogo, petições, manifestação, cartas. • Expandir as conferências de DSI para todas as dioceses. • Fortalecer a colaboração com instituições do Estado na área da justiça. • Colaborar com as comunidades para as iniciativas da Comissão. • Criar parcerias e colaborar com plataformas de reconciliação e coesão social. • Intensificar a influencia na opinião publica: cartas pastorais, conferências, Semana Social, programas de rádio.. • Intensificar o empoderamento das comunidades para melhor capacidade de análise e crítica. • Credibilidade moral da Igreja, confiança das comunidades no apoio dos seus direitos por parte da Igreja. • Estrutura demográfica com um grande potencial no seio da juventude de se engajar em assuntos sociais e de defesa de direitos humanos. • Procurar novos parceiros nacionais bem como internacionais também fora das ONGs ligadas a Igreja Católica. 	<ul style="list-style-type: none"> • O medo e receio de perseguição dos agentes da pastoral e colaboradores por causa do exercício dos trabalhos de justiça e paz na defesa dos direitos humanos. • Falsa conotação política do trabalho da CEJP. • Forças concorrentes: as actividades desenvolvidas pela CEJP e outras OSCs. • Desorganização dos serviços prisionais/serviços de justiça, adiamento de julgamentos etc. • Liberdade de expressão limitada.. • Impedimentos e impossibilidade de trabalhos da CEJP por causa dos elevados índices de corrupção que caracterizam a maior parte das instituições estatais. • Não cumprimento de leis adequadas às preocupações das comunidades, por exemplo, lei de terras, lei da família e lei eleitoral. • Criação de sistema paralelo de governação nas províncias (governação descentralizada vs Secretariado de Estado na província) como fonte de conflitos. • Aumento de técnicas de fraudes eleitorais e ausência de mecanismos eficazes para fazer e tratar os recursos. • Insurgência em Cabo Delgado sem perspectiva de paz. • Falta de envolvimento de outros actores relevantes nas negociações da paz e descentralização. • Partidos políticos fragilizados internamente por conflitos de interesse. • Insustentabilidade das dívidas e bancarrota do Estado. • Aumento de megaprojectos, de indústria extrativa e agro-negócios em detrimento do desenvolvimento das comunidades, da segurança de terra, da integridade da criação. • Agravamento da pobreza e falta de oportunidades económicas de grandes partes da população.A partidização reduz oportunidades de emprego e de avanço na carreira. • Falta de investimentos e corrupção nos serviços públicos (saúde, educação, cadastro, transporte urbano...etc.) • Aumento de trabalho da CEJP por causa da violência crescente e perda de valores (criminalidade, violência doméstica). • Número reduzido de parceiros credíveis e confiáveis, isto é, que partilham os mesmos princípios e valores. • Organizações da Sociedade Civil fragmentadas e fragilizadasdevido à busca exacerbada de protagonismo, bem como, pela captura da mesma pelo governo do dia.Poucas oportunidades de sustentabilidade do trabalho da CEJP.

1.4 Visão

A CEJP tem com visão:

Uma Sociedade moçambicana justa e fraterna, vivendo em paz e reconciliada, onde se respeite o desenvolvimento humano integral e garantido o bem-estar de todos e os filhos e filhas de Deus.

1.5 Missão

A CEJP tem como missão:

Promover e defender os ideais da justiça e paz à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, em colaboração com as Comissões Sociais da CEM, as Comissões Diocesanas e Religiosas de Justiça e Paz e diversas instituições da Sociedade Civil e do Estado.

1.6 Valores (DSI)

Os valores que caracterizam a actuação da CEJP inspiram-se na Doutrina Social da Igreja, são eles:

- Dignidade da Pessoa humana
- Justiça
- Paz
- Verdade
- Opção preferencial pelos pobres
- Igualdade
- Respeito das culturas
- Integridade da criação

1.7 Princípios

Entre os princípios que orientam o trabalho da CEJP, destacam-se os seguintes:

- **Subsidiariedade:** garantimos que o poder, as decisões e a responsabilidade sejam desenvolvidos ao nível mais baixo em que podem ser exercidos apropriadamente;
- **Transparência:** prestamos contas àqueles a quem servimos, aos que apoiam nosso trabalho e à sociedade em geral. Também nos certificamos de administrar bem os recursos que nos são confiados;

- **Participação:** envolvemos aqueles a quem servimos na concepção, na gestão, na implementação dos projectos e actividades e na sua avaliação;
- **Empoderamento:** ajudamos as Comissões e as comunidades a desenvolver e realizar seu pleno potencial;
- **Independência e imparcialidade:** estabelecemos prioridades operacionais e programas isentos de interesses pessoais, políticos e económicos, nacionais ou internacionais;
- **Colaboração:** colaboramos estreitamente com as autoridades governamentais moçambicanas, instituições da Igreja Católica e outras organizações religiosas. Estabelecemos parcerias com organizações da sociedade civil ao nível nacional e internacional.
- **Bem Comum:** ajudamos as comunidades a criarem um conjunto de condições da vida social que permitam as pessoas, as famílias e os grupos alcançar de maneira mais plena e facilmente a própria perfeição.
- **Princípio de Solidariedade:** no desenvolvimento das actividades a Comissão procura sempre incentivar as comunidades e as pessoas a promover o acolhimento e o respeito pelo outro em sua dignidade, tendo em conta a sua dimensão social e colectiva.

1.8 Objectivo geral da Plano estratégico

O plano estratégico orienta-se pelo objectivo geral da Comissão Episcopal de Justiça e Paz que é:

Transformar a sociedade moçambicana à luz da dignidade humana, justiça política, social, económica com vista à reconciliação e consolidação da paz.



2. ONDE ESTAMOS?

2.1 Contexto Político

O Acordo Geral de Paz (AGP) assinado a 4 de Outubro de 1992, em Roma, colocando ponto final à sangrenta guerra civil que durante 16 anos opunha a então Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Governo da Frente da Libertação de Moçambique (Frelimo) não resolveu a questão essencial de uma sociedade em guerra: **a necessidade de uma reconciliação nacional**. As negociações de paz serviram apenas o objectivo do calar das armas, mas não sararam as feridas abertas nos milhões de moçambicanos.

Desde a inauguração do sistema de democracia multipartidária que começou com a aprovação da Constituição da República de 1990, seguindo-se a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, e as primeiras eleições em 1994, que Moçambique entrou para a lista de países com mudanças bruscas. Primeiro ficou conhecido como um caso de sucesso de transição de guerra civil para um sistema de democracia aberta, multipartidária e de inspiração ocidental.

Mas nos anos subsequentes, o país entrou para a lista de países que vivem em contínuas crises de instabilidade política motivadas pelas contestações dos resultados eleitorais. A realização de seis eleições gerais, presidenciais e legislativas, em 1994, 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019 – todas ganhas pela Frelimo e seus candidatos, mas contestados pela Renamo e outros partidos da oposição e de cinco eleições autárquicas que não se traduziram na esperada democratização efectiva do Estado moçambicano, que cada vez mais se confunde com o partido no poder. Apesar da existência de instituições como Presidência da República, Assembleia da República, Conselho Constitucional, Tribunal Administrativo, etc., não se materializa a divisão dos poderes. O sistema da justiça carece de uma independência eficaz.

O espaço público para intervenção de actores não estatais, movimentos cívicos, órgãos de informação e académicos independentes está cada vez mais reduzido. Nos últimos tempos nota-se um aumento de medidas autocráticas: restrições da liberdade de expressão, detenções e assassinatos de jornalistas, académicos, políticos e activistas sociais

e proibição de manifestações pacíficas. Em relação à consciência da cidadania, torna-se forte com os activistas da sociedade civil nas zonas urbanas mas há uma certa indiferença de outras partes da mesma sociedade civil urbana. Nas zonas rurais verifica-se um fraco interesse na participação nos processos políticos democráticos, motivado pelo alto índice de analfabetismo e vida tradicional que concorrem para a ausência de uma crítica construtiva.

Entre as crises actuais da estabilidade política destacam-se três:

- A tensão político-militar dos anos 2012 a 2016 que afectou o centro e norte do país e culminou em reformas eleitorais e a descentralização da administração estatal com a eleições de governadores províncias (2019) e posteriormente administradores distritais (2024).
- Os ataques de “insurgentes” em Cabo Delgado aterrorizam a população desde Outubro de 2017 cujas causas e os reais protagonistas são desconhecidos. Tais ataques estão a provocar um desastre humanitário.
- Surgimento da junta militar da Renamo a seguir a assinatura do acordo de Paz definitiva de 6 de Agosto de 2019 em Maputo, ameaçando o cumprimento do referido acordo.

2.2 Contexto económico

Após a transição do socialismo para o capitalismo nos anos 1987-1989, Moçambique ficou conhecido como um caso de sucesso de transição do socialismo para o capitalismo. O país tornou-se num destino preferido de ajuda ao desenvolvimento. Por um lado, apesar de taxas de crescimento a 7.5% ao longo de quinze anos, não houve redução da pobreza, mas por outro lado expectativas exageradas de novo-riquismo dos recursos minerais.

A aceleração da economia foi consistente com a aceleração do investimento privado estrangeiro, com quatro consequências negativas para o nosso bem-estar:

- Aumento da pobreza;

- Aumento de desigualdade entre milionários e uma classe média e milhões de pobres e vulneráveis;
- Concentração da economia em megaprojectos de mineração, alumínio e gás natural, e consequentemente negligência da agricultura familiar, da segurança alimentar e de criação de emprego; e
- Especulação e volatilidade dos preços de matérias-primas nos mercados internacionais.

A crise financeira internacional de 2008 chegou a Moçambique – tal como a todas as economias extractivas (fontes de matérias primas) como efeito de dominó. As agências de desenvolvimento tendo os seus países mergulhados em crises viram-se obrigadas a cortar volumes de financiamentos, agrupar projectos ou fechar outros.

A crise da dívida de 2016 foi provocada pela descoberta da contração de créditos de 2.3 mil milhões de USD numa forma secreta, inconstitucional, ilegal e corrupta, motivada pela convicção de pagar as dívidas com as receitas do carvão mineral e gás natural. Em seguida as instituições financeiras internacionais (FMI) e os doadores suspenderam o apoio financeiro, causando uma grave crise financeira, fiscal e económica que até agora não foi ultrapassada e empobreceu ainda mais as camadas vulneráveis.

Actualmente as apostas da economia estão viradas ao gás natural da Bacia do Rovuma. As previsões iniciais indicavam o ano de 2018 como aquele em que se iniciaria a produção. Mas factores como legalização dos processos de implantação das refinarias, financiamento dos projectos no mercado internacional, incluindo as sucessivas revendas dos direitos de exploração por parte das petrolíferas envolvidas no projecto puxaram os prazos para 2023. Por esta razão e por causa do impacto macroeconómico dos ciclones Idai e Kenneth de 2019, a recuperação do crescimento económico continua lenta.

As eleições de 15 de Outubro de 2019 marcarão uma nova era nas finanças públicas com a descentralização fiscal das taxas que passarão à gestão dos governos provinciais.

2.3 Contexto social

O contexto social é marcado por uma situação em que 46% da população moçambicana vive a baixo do nível da pobreza (INE, 2018). Para caracterizar a situação social destacam-se os seguintes fenómenos:

- Um abismo crescente entre ricos e pobres.
- Exploração no trabalho e tráfico de seres humanos e crescimento do trabalho infantil.
- Contributo marginal da política de protecção social para a redução da pobreza em Moçambique, tendo como exemplo a retirada de subsídios aos alimentos e da comercialização, mas pelo contrário houve aumento das taxas de serviços.
- A maior parte da população vivendo em condições precárias de habitação, com infra-estruturas básicas de água, saneamento, energia, transporte, assistência social básica (educação e saúde) insuficiente.
- Estrutura demográfica: A população do país é maioritariamente jovem: 60% da população com idade inferior a 25 anos (Censo 2017).
- Elevados índices de desemprego com maior incidência nos jovens.
- Elevado número de jovens sem estudos médio e/ou superior, principalmente no seio das mulheres jovens. Esta situação empurra a muitos jovens a optar por um comportamento criminoso ou optar pela prostituição;
- Atendimento social deficiente, em especial de assistência médica adequada ou a promulgação de planos de prevenção em saúde, faz com que os jovens sejam detentores de maior índice de HIV-SIDA, alcoolismo e paternidade-maternidade irresponsáveis;
- Crescente vulnerabilidade decertos grupos populacionais: mulheres (mães solteiras, viúvas), deficientes, idosos;
- Desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

O modelo que temos hoje, de um mundo formado e dirigido por homens, onde as mulheres aparecem como insignificantes coadjuvantes na construção da sociedade. Urge uma necessidade de

mudar a maneira sexista, pois esta contribui para as desigualdades entre homens e mulheres. É necessário implantar valores e ideais que ajudem a não aumentar a superioridade do mundo masculino em relação ao feminino, mas, que estabeleça condições de igualdade de oportunidades para ambos os sexos. Deve-se promover a segurança e integridade física, moral, cultural, social e económica de mulheres e homens e encorajar a participação massiva da mulher na vida política, social e religiosa, onde a mulher assume os papéis de pacificadora e de protectora da vida.

Em detrimento ao desenvolvimento socio-economico do país, Moçambique tem sido assolado por fenómenos climáticos extremos, como é o caso de depressões tropicais, ciclones e cheias de que actuam de forma cíclica. Em Março e Abril de 2019 o País foi assolado por dois ciclones, nomeadamente: IDAI na região centro do país com maior impacto para as Províncias de Sofala (Beira) e Manica (Dombe) e KENNETH na Província de Cabo Delgado. O impacto do desastre na perda de capital humano e dos efeitos psicológicos na população resultante de mortes e morbidade, mas também os danos aos bens, a perda temporária de renda e a resultante inflação local devido à falta de actividade económica e à escassez de produtos para a satisfação das necessidades humanas básicas. As comunidades já pobres enfrentam um risco exacerbado de fome, levando à redução da produtividade, desnutrição e o correspondente aumento de vulnerabilidade, especialmente para mulheres e crianças. Outrossim, diz respeito à reconstrução e ao reassentamento da população em lugares seguros e com infraestruturas próprias que continua a ser um desafio e preocupação para os diferentes segmentos da sociedade, havendo deste modo necessidade da CEJP e das Comissões Diocesanas de Justiça e Paz aferir se os locais onde a população é reassentada são de facto seguro ou não, para uma posterior intervenção de Lobby junto às autoridades.

2.4 Contexto cultural

Moçambique é um país com um vasto mosaico cultural, com hábitos, costumes e práticas sociais e culturais diametralmente diferentes. Tais hábitos e costumes seguem as linhagens patrilineares a sul do rio Zambeze e matrilineares a norte do mesmo rio, o que constitui uma grande riqueza mas também um desafio na convivência.

Em Moçambique vive-se num momento cultural difícil, pois os valores “tradicionais” já não respondem cabalmente às necessidades actuais da modernidade e algumas práticas e costumes culturais contradizem os Direitos Humanos. Trata-se de uma transformação social e cultural causada pelas influências da globalização que afrontam os valores aceites pela sociedade moçambicana. A preocupação é que, deitando aquilo que já não é mais válido, corre-se o risco de deitar, também, o que mais identifica o povo moçambicano e deste modo perde-se o rumo. Isto afecta de maneira especial aos jovens, que absorvem e consomem tudo o que chega de fora acriticamente, sem perceber os valores (ou contra valores) que estão por trás disso (telenovelas, Meios de Comunicação, redes sociais...).

O jovem moçambicano de hoje é um jovem aberto ao mundo, é cosmopolita. Isto traz uma nova visão do mundo e da vida em sociedade, é passível de criar desconfortos e provocar conflitos internos e externos aos próprios jovens percebendo o que poderiam ter e não têm.

De facto, um dos rasgos culturais mais marcantes destes tempos é a primazia do “ter” por cima do “ser”, o que o Papa Francisco chama de “cultura do descarte”. Está se instaurando uma cultura do “ter”: parece que vale mais quem mais tem. As pessoas são valorizadas pela maneira de vestir, pela aparência... até pelo cheiro... desprezando, marginalizando, esquecendo, excluindo aqueles que menos têm para sobreviver.

Se antes era a família e, de maneira particular, os ritos de iniciação, o lugar da educação, hoje assistimos à abdicação desta missão na família e a responsabilização da mesma à Escola. Porém a Escola não responde às necessidades de educação e formação das crianças, surpreendemo-nos com professores despreparados e desmotivados que produzem crianças analfabetas, não só de saber ler e escrever, mas de valores para a vida. Ou seja, falta a responsabilização das famílias para completar a educação escolar dos jovens para poderem ir ao encontro das necessidades da sociedade actual.

Estamos a 70 anos da Promulgação pela ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos, porém, temos de reconhecer que no nosso País ainda não há uma cultura de Direitos Humanos. A Declaração é apresentada como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, mas ainda é desconhecida para a maior parte da população.

Desconhecendo os seus direitos e deveres, dificilmente poderão os reclamar, proteger, promover e defender.

2.5 Contexto religioso

A Constituição da República de Moçambique define o país como um estado laico. Proíbe a discriminação baseada na religião, prevê o direito dos cidadãos de praticarem ou não uma religião, e estipula que nenhum indivíduo pode ser privado dos seus direitos por causa da fé ou prática religiosa. Os grupos religiosos têm o direito de organizar, adorar e operar escolas. Do relatório de Liberdade Religiosa de 2018, estima-se que 29% da população é Católica Romana, 16% Cristã sionista, 12% Protestante, 18% Muçulmano e 8% de outros grupos religiosos, 18% não professam nenhuma religião. (International Religious Freedom Report, 2016).

De acordo com líderes religiosos cristãos e muçulmanos, parte significativa da população adere as crenças religiosas indígenas sincréticas, caracterizada por uma combinação de práticas tradicionais africanas e aspectos da Cristandade ou Islão.

As relações entre as igrejas e religiões são pacíficas. Há um crescente movimento ecuménico cristão e o diálogo inter-religioso com as igrejas do Conselho Cristão de Moçambique (CCM) promovido pela Igreja Católica a nível de algumas Dioceses do País através de cultos conjuntos.

2.6 Contexto eclesial

A Igreja Católica em Moçambique é composta por 12 dioceses entre as quais as Arquidioceses de Maputo, Beira e Nampula. As dioceses estão divididas em 3 províncias eclesiásticas (Norte, Centro, Sul).

A Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) é uma instituição permanente constituída pelos bispos das dioceses. É a entidade representativa da Igreja Católica em Moçambique. As Comissões Episcopais são órgãos colegiais da CEM destinados a domínios específicos da actividade pastoral. A Caritas, a Comissão Episcopal de Justiça e Paz, a CEMIRDE, a Pastoral Penitenciária e Comissão Episcopal de Saúde compõem o Departamento Social (equivalente Departamento de Desenvolvimento Humano e Integral) da CEM. Os

outros departamentos são o Departamento Vocacional, Departamento da Pastoral, Departamento de Missão e Diálogo.

Nas dioceses existem as comissões sociais diocesanas, a exemplo das comissões episcopais. As dioceses estão estruturadas em zonas pastorais e paróquias.

A Igreja Católica de Moçambique é caracterizada pelos seguintes aspectos:

- Uma Igreja comunhão universal,
- Uma Igreja orante e ecuménica,
- Com uma personalidade jurídica,
- Aceitação ao nível do governo,
- Colaboração com o governo e outras Instituições e organizações não-governamentais,
- Tem um papel preponderante na educação (ética e moral), com escolas, seminários e universidades.
- Orientada pela Doutrina Social da Igreja através das cartas pastorais,
- Goza da primazia, credibilidade e respeito,
- Maior campo para pastoral com pessoas formadas.

A recente visita Apóstólica do Santo Padre realizada entre o dia 4 a 6 de Setembro de 2019, cujo lema era **Esperança, Paz e reconciliação**, o Papa Francisco teve encontros com diferentes personalidades destacando os representantes do Estado Moçambicano, Corpo Diplomático e Sociedade Civil, jovens de diferentes credos (encontro inter-religioso), bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas, e catequistas. Foi uma visita que não só serviu para confirmar o seu povo na fé como reavivou a esperança de se construir uma nação próspera onde todos possam adoptar uma cultura do diálogo como caminho, a colaboração comum como conduta de todos moçambicanos.

3. PARA ONDE VAMOS?

3.1 Objectivo Geral da CEJP

Transformar a sociedade moçambicana à luz da dignidade humana, justiça política, social, económica com vista à reconciliação e consolidação da paz.

3.2 Áreas temáticas da CEJP

Para a prossecução das metas previstas neste Plano Estratégico, a CEJP e as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz identificaram determinadas áreas temáticas como as respectivas prioridades, a saber:

- ✓ **Democracia e governação:** com as prioridades
 - a) Formação de agentes da pastoral;
 - b) Monitoria dos programas de desenvolvimento do governo;
 - c) Advocacia e monitoria da reconstrução apos ciclones;
 - d) Participação nas eleições justas, livres e transparentes;
- ✓ **Reconciliação e paz:** com a prioridade de diálogo dos grupos diferentes da sociedade
- ✓ **Justiça económica e social:** com as prioridades da conservação de meio ambiente e segurança da terra das comunidades
- ✓ **DSI e Direitos Humanos:** com a prioridade da proteção dos direitos de grupos vulneráveis
- ✓ **Desenvolvimento institucional da CEJP:** prioridade da capacitação institucional

Cada área temática corresponde a um objectivo estratégico, como pode ser vislumbrado no quadro lógico a seguir.

3.3 Objectivos estratégicos

Para a concretização do objectivo geral a CEJP foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

3.3.1. *Fortalecer a participação activa do cidadão na monitoria dos programas da governação e das instituições democráticas.*

Indicadores:

- 50% dos Agentes da pastoral, Comissões Diocesanas e a CEJP participam nos fóruns de monitoria e observatórios e levantam as preocupações das comunidades.

3.3.2. *Estabelecer espaços de diálogo e promoção da paz.*

Indicadores:

- Espaços contínuos de diálogo sobre a reconciliação e paz entre as partes em conflito envolvendo personalidades e religiosos cuja iniciativa é das dioceses;
- Igreja como mediador formal dos processos de paz e reconciliação.

3.3.3. *Empoderar as comunidades na defesa e no acesso ao bem comum.*

Indicadores:

- Comunidades assentadas em sítios seguros;
- Mudanças documentadas de hábitos de uso de recursos naturais em XXX comunidades;
- Casos de sucesso de advocacia sobre DUAT, acesso de água, denúncias de violação de DH pelas empresas mineiras são documentados.

3.3.4. *Estimular o exercício dos direitos humanos a luz da DSI.*

Indicadores:

Pelo menos a metade dos membros das CDJPs documentam casos denunciados e vítimas indemnizados pela violação dos seus direitos.

3.3.5. *Aumentar a capacidade de resposta nas áreas temáticas da CEJP e das CDJPs.*

Indicadores:

- Pelo menos diversificar o financiamento para 3 parceiros cumprindo as exigências formais destes parceiros

60% das dioceses têm Comissões Diocesanas de J&P funcionais.

3.4 Metas

As metas das intervenções nas áreas temáticas da CEJP foram formuladas para serem cumpridas num horizonte temporal de cinco anos. No cumprimento das metas previstas no presente Plano Estratégico estão envolvidas a Comissão Episcopal da Justiça Paz e as Comissões Diocesanas de Justiça de Paz.

3.5 Quadro Lógico

Objectivo geral: Transformar a sociedade moçambicana à luz da dignidade humana, justiça política, social, económica, com vista à reconciliação e consolidação da paz.

Objectivo estratégico 1: Fortalecer a participação activa do cidadão na monitoria dos programas da governação e das instituições democráticas.

Indicador:

- 50% dos Agentes da pastoral, as CDJP e a CEIP participam nos fóruns de monitoria e observatórios e levantam as preocupações das comunidades.

Prioridades:

1. Formação de agentes da pastoral
2. Advocacia e monitoria da reconstrução apos ciclones
3. Monitoria dos programas de desenvolvimento do governo
4. Participação nas eleições justas, livres e transparentes

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
Democracia e Governação	Cidadania	Formação de agentes de pastoral sobre direitos, deveres, liberdades fundamentais e monitoria de políticas públicas	# 30 Agentes de pastoral em cada região, cada 3º ano, abrangidos, pelas menos 30% mulheres	Manual produzido, Lista de participantes	Regiões Norte, Centro e Sul	CEIP	1.585.900,00
		Aumentar contactos e Mde com observatórios, fóruns e plataformas de pobreza, rural, etc	# Participação nos observatórios e fóruns	Convites, Lista de participantes	Maputo, Fóruns provinciais	CEIP	
		Realização de Mesas Redondas radiofónicas sobre liberdades fund.	# 2 meses por ano	Relatório, lista dos participantes	Maputo	CEIP	994.500,00
		Preparação de candidatos para as assembleias distritais	1 vez em 2022 (debate ou formação)	Relatório, lista dos participantes	12 dioceses	CEIP: Facilitação	792.950,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
	Eleições	Formação de observadores eleitorais	# 600 Observadores para Eleições autárquicas 2023, # 2500 observadores para Eleições Provinciais 2024	Material, Observadores credenciados, Contratos dos formadores, Relatório da formação	12 dioceses	CEJP: organização e financiamento. CDJP: implementação	11.206.800,00
		Campanhas de Educação Cívica Eleitoral	# Circulares nas 12 dioceses, # Redes Sociais	Material de Ed.Civ, Textos dos circulares e SMS	12 dioceses	CEJP: conceção dos textos. CDJPs: disseminação	9.215.400,00
		Observação eleitoral	em todos os círculos eleitorais de 2023, 2024	Contagem paralela	todo o país	CDJPs: implementação. CEJP: Sistematização dos dados.	16.200.000,00
		Trabalho em rede na melhoria do pacote eleitoral	3 Parcerias ou um consórcio, 2 petições da CEJP a AR	Actas, Petições	Maputo	CEJP	250.000,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, M&V	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
	Monitoria das políticas públicas	Observação do grau de cumprimento das metas dos programas de desenvolvimento	# 3 estudos	Estudos	Depende do assunto	GRI	1.800.000,00 Tem financiamento Misereor
		Disseminação e debates com políticos e cidadãos	# 1 Debate do estudo # de políticos participantes	Relatórios	Maputo	CEIP, GRI. Nas dioceses abrangidas no estudo	676.800,00 Tem financiamento Misereor
		Disseminação dos estudos do CIP sobre casos/práticas de corrupção	# 1 Debate por ano	Relatórios	Nas dioceses	CEIP, CDJP	00,00

Subtotal: 42.722.350,00

Objetivo estratégico 2: Estabelecer espaços de diálogo e promoção da paz

Indicadores:

- Espaços contínuos de diálogo sobre a reconciliação e paz entre as partes em conflito envolvendo personalidades e religiosos cuja iniciativa é das dioceses (1 vez por ano)
- Igreja como mediador formal dos processos de paz e reconciliação

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
Reconciliação e Paz	Promoção de uma cultura de paz	Formação de Pontos Focais da Paz da CDJPs	Pelo menos 12 PFs	Manual produzido, Lista de participantes	Pemba, Outras dioceses.	CEJP	IPA/CRS
		Integração da juventude e mulheres na organização de eventos de consolidação da paz: concursos, festivais, marchas, vigílias em zonas de conflito, exortações	1 evento em cada região por ano. 30% jovens e mulheres na organização.	Relatórios, Fotos e vídeos	Nampula, Beira, Maputo	CEJP: orientação, financiamento. CDJPs: implementação	4.550.000,00
	Reconciliação	Celebração do dia da Paz: 4 Out	Celebração anual	Gravações	12 dioceses		2.985.000,00
		Mesas redondas entre personalidades influentes incluindo religiosos	3 mesas	Relatório, lista dos participantes	Nampula, Beira, Maputo	CEJP: inicial CDJPs: a partir do 2o ano	1.075.000,00
	Reconciliação	Workshop regional da IMBISA de troca de iniciativas sobre a reconciliação e o papel da igreja como mediador formal da paz	1 evento em Moçambique, outro organizada por outro membro da IMBISA	Relatório, lista dos participantes	Em Moçambique, Por definir	CEJP: iniciativa e organização	3.595.000,00
Subtotal 12.205.000,00							

Objectivo estratégico 3: Empoderar as comunidades na defesa e no acesso ao bem comum

Prioridades: Meio ambiente (conservação, resiliência, evitar lugares de risco) e segurança da terra das comunidades.

Indicadores:

- Comunidades assentadas em lugares seguros, mudanças de hábitos e de uso de recursos naturais documentadas em XXX comunidades.
- Casos de sucesso de advocacia sobre DUAT e acesso à água potável documentados e denúncias de violação de DH pelas empresas mineiras.

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, Mdv	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
Justiça económica e social	Meio ambiente	Actividades de proteção do meio ambiente nas comunidades (planto de arvores, combate as queimadas, promoção de práticas de poupar energia e água)	pele menos uma campanha por ano	Fotos, Vídeos	Comunidades das dioceses	Cartas e CEJP: Identificar actividades e mensagens, cartazes planificar com as CDJPs	Mudas, Material publicitário
		Disseminação do Laudato Si e da Carta Pastoral sobre a terra	3 Workshops regionais	Lista de presença, Compromissos dos formados	Regiões Norte, Centro e Sul	CEJP: or-ganização, CDJPs: disseminação	1.843.500,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
		Mapeamento e advocacia de acesso das comunidades a água potável	1 Estudo	Documento do estudo, mensagens de advocacia as AR, Assemb. Provinciais	Local por identificar	GRI, CEJP/CDIP em parceria com ordem dos advogados	200.000,00 tem financiamento Misereor
		Monitoria do reassentamento e reconstrução (IDAI e Kennedy)	# de denúncias	Relatórios, Denúncias	Dioceses afetadas da Zona Centro e Norte	CDIPs	1.000.000,00
		Sensibilização da população para evitar zonas de risco de calamidades e mudanças climáticas	No início do período chuvoso, nas igrejas e comunidades Católicas	Relatórios, fotos	Em zonas identificados pelo INGC	CDIPs em parceria com INGC	60.000,00 Material publicitário
	Terra	Sistematização das leis relevantes acerca da terra	1 pacote	Documento	Varia	GRI	2.498.000,00 tem financiamento
			6 workshops	Lista de presença, Compromissos dos formados	Regiões Norte, Centro e Sul	CEJP: organização e implementação	3.368.000,00
		Mapeamento de conflitos de terra	Atualização anual	Mapa	Varia	GRI	105.000,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)					
Assessoria jurídica	Advocacia com as autoridades locais envolvidas no DUAT (juntos com outras OSCs)	Disseminação da Lei de Minas nas comunidades afectadas pela mineração	# Denúncias nas reuniões provinciais e nacionais	Documentação das denúncias	Varia	CEIP, CDJPs	2.390.000,00					
								3 workshops regionais	Lista de presença, Compromissos dos formados	Regiões Norte, Centro e Sul	CEIP: or- ganização, CDJPs: dissemina- ção	1.111.500,00
Estudo de caso da violação de DH pelos megaprojetos e denúncias	quando surgem megaprojectos. # de denúncias	Documento do Estudo	Nos sítios afectados	GRI	15.000,00 Tem financiamento Misereor							
						Tenda de Justiça: Mediação de conflitos	# 1 dia por mês de assessoria jurídica gratuita por ano em 12 dioceses	Fichas dos casos e do seguimento	Maputo - piloto	CDJPs	540.000,00	
Campanhas de equipas móveis de registo civil, casamento, Bis nas comunidades	# 1 dia/ano em 60 comunidades identificadas pelas dioceses	Lista de cédulas, certidões, Bis emitidas	Na dioceses	CDJPs	1.500.000,00							

Subtotal: 19.131.000,00

Objectivo estratégico 4: Estimular o exercício dos direitos humanos a luz da DSI

Indicadores: Pelo menos a metade dos membros das CDJP documentam casos denunciados e vítimas de violação dos direitos humanos são indemnizados.

Prioridades: Direitos de grupos vulneráveis

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
DSI e DH	DSI	Ciclo de conferências sobre a DSI	Ciclo anual de 4 palestras em pelo menos 4 dioceses. 1000 participantes/ano	Manuais do ciclo	Maputo + 3 outras dioceses	CEJP (recursos) & CDJP (organização)	4.100.000,00
		Semanas nacionais de Compromisso Social	Anualmente em 12 dioceses	Cartazes, Relatório	12 dioceses	CEJP & Comissões Episcopais. CDs.	1.505.000,00
	Direitos da criança	Curso online de curta duração de DSI (Extensão universitária) ou curso presencial	Líderes de J&P	Certificados	UCM ou ISMA	CEJP	Por estudar
		Formação de agentes da pastoral em DH com foco nos direitos da criança (casamentos prematuros, trabalho infantil, exploração e assédio sexual).	3 workshops regionais (províncias eclesiais)	Lista de presença, Compromissos dos formados	Regiões Norte, Centro e Sul	CEJP: organização e implementação, parceria com UNICEF	2.157.300,00
		Réplica das formações nas dioceses	Pelo menos a metade das 12 dioceses com réplicas	Relatório e Plano de Acção	6 dioceses	CDJP; Agentes formados	2.430.000,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
Equidade de género e grupos etários		Recolha dos casos de violação dos direitos das crianças e denúncias	em 6 dioceses	Documentação dos casos e das denúncias	6 dioceses	CDJP, CPIP.	0,00
		Formação de agentes da pastoral sobre género com foco no combate da violência doméstica	3 workshops regionais (provincias eclesásticas)	Lista de presença, Compromissos dos formados	Regiões Norte, Centro e Sul	CEIP: organização e implementação	2.157.300,00
		Réplica das formações nas dioceses	Pelo menos a metade das 12 dioceses com réplicas	Relatório e Plano de Ação	6 dioceses	CDJP; Agentes formados	2.430.000,00
		Sensibilizações nas escolas, igrejas: para os jovens e adultos	Pelos agentes formados nas paróquias	Registo dos casos	12 dioceses	CDJPs	1.320.000,00
		Inserção da juventude e das mulheres na J&P	50% dos membros das CDJPs são jovens, 30% dos membros são mulheres	Lista nominal e relatórios das CDJPs	12 dioceses	CDJPs	0,00
		Inserção dos idosos na sociedade: Homilia do papa para os jovens	Folheto distribuído	Folheto	12 dioceses	CEIP: Producao	60.000,00
		Identificar idosos não inseridos na Acção Social e apoiar na sua inserção.	As 12 CDJPs se dedicam a esta causa	Registo de casos apoiados	12 dioceses	CDJPs	0,00
		Advocacia para os direitos dos idosos ao nível das políticas sociais	As 12 CDJPs se dedicam a esta causa	Documentação	CEIP e CDJPs	CEIP	0,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
	Promoção de DH	Advocacia para os direitos das crianças e das mulheres em parceria com outras ONGs (nacionais e internacionais)	Contactos com UNICEF, Save the children, WLSA, Human rights watch e outros	Cartas, Actas	Maputo	CEJP	250.000,00
		Produção de material informativo sobre DH, direitos da criança, violência doméstica, casamento prematuros	1 material para cada tema	Manuais, cartazes, dísticos	6 dioceses	CEJP: multiplicação. CDJP, CPJP.	1.215.000,00
	Pastoral penitenciária	Celebração do Dia Mundial dos DH	Anualmente em 12 dioceses	Mensagem	12 dioceses	CEJP. CDJP. CPJP.	1.670.000,00
		Prémio anual de DH	1 concurso por ano	Classificação das propostas	Nacional e nas 12 dioceses	CEJP. CDJPs.	4.440.000,00
		Ajudar na criação e fase inicial do funcionamento da Comissão da Pastoral penitenciária	Estruturação da comissão	Acta	CEM	CEJP	0,00

Subtotal: 33.057.300,00

Objectivo estratégico 5: Aumentar a capacidade de resposta nas áreas temáticas da CEJP e das CDJPs.

Prioridade: Capacitação institucional

Indicadores: - Pelo menos diversificar o financiamento para 3 parceiros cumprindo as exigências formais desses parceiros.
- 60% das dioceses têm Comissões Diocesanas de J&P funcionais.

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, M&V	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
Desenvolvimento institucional da CEJP e das CDJPs	Institucional	Intercambio interdiocesano	2 em 2 anos	Documento final	Varia	CEJP: organização	3.195.000,00
		Intercambio Sul-Sul	2 em 2 anos	Documento final	Varia	CEJP	7.920.000,00
		Análise e estudos do GRI	Análises trimestrais, estudos de acordo com a necessidade	Publicação dos documentos	Varia	GRI	315.000,00
		Mapeamento e disseminação de boas práticas de J&P	Recolha anual de possíveis boas práticas	Publicação das boas práticas	Varia	GRI – Recolha CEJP - Im- pressão	105.000,00 750.000,00
		Angariação de fundos	# de propostas elaborados, # de parceiros identificados, # de projectos aprovados	Propostas e projectos	Maputo	CEJP	0,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
		Garantir o fundo de funcionamento da CEJP	100% do financiamento garantido	Orçamento geral e projectos aprovados	Maputo	CEJP	0,00
		Criar uma estrutura funcional permanente das CDJPs	12 dioceses com CDJPs	Lista dos nomeados	12 dioceses	CEJP: iniciativa	0,00
		Formação sobre organização e funcionamento da J&P e angariação de fundos/ identificação de parceiros	12 dioceses com regulamento interno simples	Modelo de regulamento interno	12 dioceses	CEJP	674.000,00
		Criar um fundo/material mínimo de funcionamento	12 diocese com fundo/material	Existência de material e fundo	12 dioceses	CEJP: Ne-gociação CDJP: Planificação	
	Gestão	Procedimentos administrativos e financeiros formalizados	Manual no final do 1o ano	Manual	Maputo	CEJP	0,00
	Formação	Sistema de M&A	Instrumentos de M&A	Plano de M&A	Maputo	CEJP	0,00
		Formação em elaboração e gestão de projectos para CEJP e as CDJPs	1 Curso em elaboração e gestão de projectos	Manuais didáticos	Maputo	CEJP, CDJP	624.000,00
	Comunicação	Estratégia de comunicação	Disseminadas as linhas nas Comissões Episcopais e 12 CDJPs, Partilha de relatórios	Manual, Relatórios	Maputo	CEJP	0,00

Área temática	Tópicos	Intervenções	Metas	Produtos, MdV	Local / Realização	Responsabilidade	Recursos (Estimat.)
		Material de marketing ligado a eventos e aos interessados e parceiros	Calendário anual, outros itens dependendo dos eventos	Calendários, roll-up, camisetes, cadernos, colantes, chaveiros	Maputo	CEIP	1.456.500,00
Subtotal: 17.889.500,00							

Custos das actividades: 125.005.150 – 5.714.800 (financiado) =

119.290.350,00

Custos para com o pessoal: Estrutura mínima de 4 funcionários: 19.032.000,20; Estrutura ideal (10 funcionários) 42.346.560,00

Custos operacionais: Viatura apetrechamento e material dos escritórios, comunicação, Manutenção da viatura,

Combustível 21.264.650,00

182.901.560,00

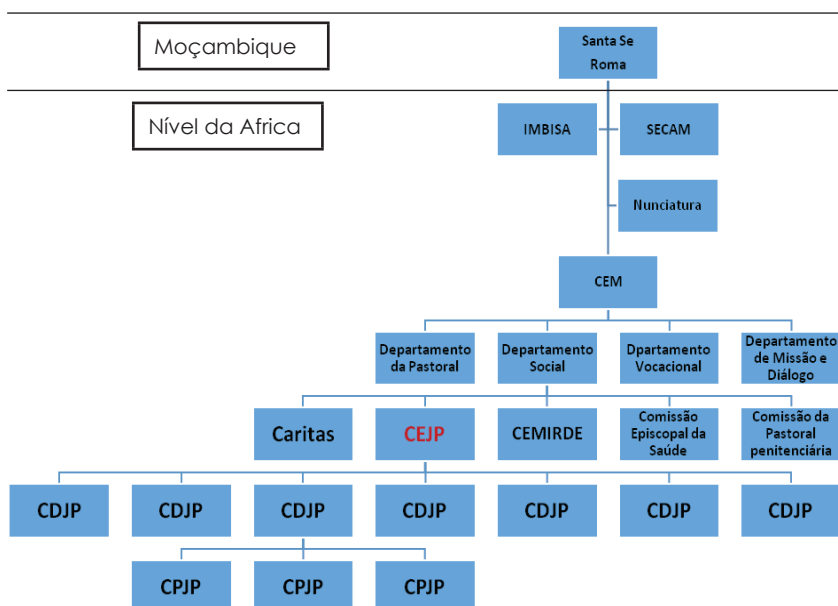
GRAND TOTAL:

NB: Orçamento detalhado está disponível.

4. COMO VAMOS?

4.1 Estrutura, Funções e Responsabilidades

O organigrama abaixo ilustra a posição da CEJP dentro da estrutura da Igreja Católica.



A tabela a seguir apresenta as funções e responsabilidades dos principais interessados na implementação deste plano estratégico.

Tabela: Funções e responsabilidades de intervenientes na CEJP

Instituição	Funções	Responsabilidades
CEM	Autoridade Pública	Tutela das Comissões Episcopais. A CEM é a “entidade representativa da Igreja Católica em Moçambique, em conformidade com os seus objectivos” (Estatutos da CEM, Artigo nº 2).
Comissões Episcopais do Departamento Social da CEM	Parceiros da Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP)	Parceiros Técnicos e implementadores de algumas intervenções da CEJP.
CEJP	Provisão de serviços à Igreja Católica, Assistência Técnica das Comissões Diocesanas de Justiça e Paz	Orientação, coordenação e colaboração das ações das Comissões Diocesanas de Justiça e Paz.
Instituição	Funções	Responsabilidades
Comissões Diocesanas de Justiça e Paz (CDJPs)	Parceiras privilegiadas da Comissão Episcopal de Justiça e Paz; Beneficiárias dos serviços prestados pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz;	Implementadoras de Projectos concretos junto aos seus beneficiários directos (paróquias e comunidade, sociedade em geral)
Comissões Paróquias de Justiça e Paz nas Zonas, Paróquias, Comunidades Cristãs	Beneficiárias das actividades desenvolvidas pelas Comissões Episcopais e Diocesanas, agentes da mudança nas comunidades;	Implementadoras e Provedoras de Serviços.
Comunidades	Beneficiários directos	

Havendo necessidade de melhor esclarecimento sobre a diferença dos papéis da CEJP (nível nacional), das CDJPs (nível provincial) e das Comissões de Justiça e Paz das congregações religiosas (ambos os níveis), passamos a resumí-las da seguinte maneira:

Tabela: Papéis da CEJP, das CDJP e das Comissões de J&P das congregações religiosas

CEJP: FACILITADORA, ORIENTADORA, PROVEDORA DE SERVIÇOS PARA AS DIOCESES	Comissões Diocesanas de J&P: IMPLEMENTADORAS e MULTIPLICADORAS	Comissões de J&P das congregações religiosas: COLABORADORAS
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar na criação e estruturação das Comissões diocesanas • Organizar e facilitar formações nas áreas temáticas de Justiça e Paz (formar agentes multiplicadores) • Fornecer material formativo e publicitário para os grupos alvos da CEJP (CDJPs, comunidades) • Documentar e partilhar boas práticas e facilitar o intercâmbio entre as dioceses; • Manter a comunicação regular com as dioceses, SECAM e IMBISA • Realizar conferências, mesas redondas ao nível nacional e workshops nacionais e regionais ao nível da região da IMBISA • Fazer advocacia ao nível nacional; • Fazer monitoria das políticas públicas ao nível nacional; • Realizar estudos e mapeamentos (conflitos de terra, megaprojectos, acesso a água ...): GRI. Divulgação pela CEJP. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer réplicas das formações temáticas da CEJP • Realizar conferências e mesas redondas de diálogo entre detentores do poder e cidadãos ao nível das dioceses • Monitorar a implementação dos programas do governo ao nível local (dioceses, comunidades) • Promover campanhas de sensibilização e Educação Cívica ano nível local; • Documentar casos de violação de DH ao nível local • Fazer denúncias de violação de DH e seu seguimento; • Promover ajuda jurídica e mediação de conflitos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar em parceria com CEJP e CDJP; • Assessorar as CDJPs; • Facilitar formações para as CDJPs; • Colaborar na elaboração do material formativo das CDJPs;

Apesar da CEJP ser orientadora e provedora de serviços para as Comissões Diocesanas, em nenhuma circunstância a CEJP impõe actividades as Comissões Diocesanas (princípio da subsidiariedade). Garante a autonomia administrativa e financeira pelo que estas podem procurar parceiros e gerir projectos diocesanos. A CEJP não interfere na estruturação e nomeação da equipa diocesana, cabendo esta responsabilidade ao bispo diocesano.

4.2 Staff

Para a concretização e melhor desempenho das suas funções a CEJP prevê uma estrutura composta pelo staff proposto no organigrama aqui apresentado.

Organigrama da CEJP



Legenda:

Estrutura mínima de arranque do PE

Financiado

*Previsão de novos postos durante a vigência do PE.

O número de oficiais de projecto e outro pessoal técnico aumentará consoante a necessidade e possibilidade de projectos. Cabe ao Presidente da CEJP aprovar e orientar a implementação das intervenções da CEJP.

A CEJP tutela os projectos, MdE, e acordos celebrados com parceiros de cooperação, parceiros da Sociedade Civil e provedores de serviços (por ex. Consultores).

Por sua vez, o GRI faz parte da estrutura organizacional da CEJP e desempenha a função da assessoria técnica, de reflexão e análise para a CEJP e às CDJPs por via da CEJP.

A CEJP é presidida por um bispo (não membro do staff) eleito pela CEM, que pode ser auxiliado por um secretário não bispo com voto consultivo (Estatuto da CEM, Artigo 26/1, 2011). O **Presidente** possui as seguintes atribuições:

- Escolher os membros da Comissão;
- Assinar os documentos da Comissão Episcopal de Justiça e Paz junto com o Secretário;
- Propor à Comissão Permanente a reflexão sobre problemas de maior gravidade e urgência no âmbito da sua competência;
- Enviar ao Presidente do Conselho Permanente a indicação dos assuntos que pretendam sujeitar à apreciação da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal de Moçambique;
- Publicar sob sua responsabilidade informações e orientações pastorais de acordo com o previsto no Artigo 27º dos Estatutos da Conferência Episcopal de Moçambique;
- Elaborar, no seu âmbito o relatório e programas anuais, bem como, o orçamento e contas a submeter ao Conselho Permanente.

Os trabalhos da CEJP são assessorados por um sacerdote (**Assessor Espiritual**), não membro do staff, com as seguintes atribuições:

- Assessorar a Comissão Episcopal de Justiça e Paz;
- Organizar um Banco de dados no escritório;
- Coordenar a Comissão Ampliada;
- Ser elo com as Congregações Religiosas;
- Garantir a iluminação dos trabalhos da CEJP à luz do Evangelho e da DSI;
- Auxiliar o Secretário-geral nas relações com a Igreja.

Estrutura actual permanente: Atribuições consoante a Acta 24.4.2018

- a. **Secretário-geral da Comissão Episcopal de Justiça e Paz:**
- Representar a CEJP na relação com as instituições públicas e privadas;
 - Manter a coesão entre os membros do escritório;
 - Submeter ao Presidente os documentos e as decisões institucionais;
 - Coordenar o escritório da Comissão Episcopal de Justiça e Paz;
 - Convocar e presidir reuniões semanais da Equipa Nacional;

- Elaborar o Relatório Geral para ser apresentado à Assembleia da CEM;
- Consultar ao Presidente as decisões a serem tomadas;

b. Assistente Administrativo e Coordenador de Projectos da Comissão Episcopal de Justiça e Paz

- Preparar, acompanhar e implementar os projectos em Coordenação com o Secretário;
- Manter a Comunicação com as Comissões Diocesanas de Justiça e Paz;
- Organizar o Escritório da Comissão Episcopal de Justiça e Paz;
- Alimentar o Website e o Grupo de Whatsapp; Facebook.

c. Contabilista da Comissão Episcopal de Justiça e Paz

- Preparar os Relatórios Financeiros dos Projectos;
- Efectuar o processo de Procurement (pedir e submeter às cotações ao responsável pelo orçamento);
- Fazer o pagamento dos Impostos e da Segurança Social;
- Acompanhar e movimentar as contas da CEJP;
- Zelar pelo pagamento do arrendamento do Escritório.

Durante a vigência do plano estratégico podem surgir novas atribuições devido as exigências emergentes.

Estrutura prevista no decurso do quinquénio:

Na área da administração prevê-se a seguinte composição:

- Gestor financeiro
- Contabilista
- Assistente administrativo/a.

Na área de programa e projectos:

- Propõe-se um coordenador de projectos,
- Um oficial da comunicação/de projeto.
- Quatro Oficiais de projectos consoante o número dos projectos e pelo tempo de vida dos projectos.

- Para a área de reflexão e análise - o GRI faz parte integrante da estrutura da CEJP.

As atribuições destes postos serão elaboradas na altura da sua contratação.

4.3 Estilo

O estilo de trabalho com as comissões episcopais caracteriza-se pela identificação de sinergias e áreas de interesse comum para a colaboração, por exemplo: nas Semanas Nacionais de Fé e Compromisso Social, em campanhas de direito da criança junto da Comissão da Educação.

Com as dioceses o estilo de trabalho da CEJP orienta-se pelo respeito da autonomia diocesana e pela vontade de colaboração e de aprendizagem mútua.

Com as autoridades governamentais as relações baseiam-se no diálogo, na colaboração e crítica construtiva e pela coragem de chamar atenção para as injustiças sociais.

Com as OSCs a CEJP estabelece parcerias, trabalho em redes, intercâmbios e troca de experiência com vista de tornar as intervenções de justiça e paz mais eficazes.

4.4 Estratégias de intervenção

Ciclo de conferências de DSI:

A CEJP tem como principal função o estudo da Doutrina Social da Igreja, apreciando e analisando problemas relativos ao desenvolvimento dos povos, aos direitos humanos, à justiça e à paz segundo o Evangelho. Para fomentar e tornar conhecida a Doutrina Social da Igreja, a CEJP através do seu Presidente, iniciou no ano de 2017 com o Ciclo de Conferências sobre a Doutrina Social da Igreja que consiste em identificar temas que possam ser enriquecidos pela Doutrina Social da Igreja e apresentados aos Cristãos, políticos e todos os homens e mulheres de boa vontade. O ciclo consiste em 4 conferências realizadas durante um mês. O ciclo repete-se anualmente com novos temas de debate, tendo como objectivo transformar atitudes e comportamentos à luz da DSI. O ciclo culmina com réplicas nas dioceses.

Semana Nacional de Fé e Compromisso Social:

A CEJP em coordenação com as outras Comissões Episcopais (CEMIRDE, Caritas, Comissão da Saúde, Comissão da Pastoral Penitenciária), tem cumprido o mandato da CEM de desenvolver actividades durante a Semana de Fé e Compromisso Social. Tais actividades têm em vista demonstrar o vínculo existente entre a Fé e a Vida.

A Semana Nacional é realizada uma vez por ano na última semana de Julho ao nível de cada diocese. Acomoda uma agenda nacional na qual se realizam visitas aos doentes e idosos, limpeza em lugares públicos, momentos de oração, reflexão com temas específicos previamente identificados.

Formação:

Para que as Comissões Diocesanas se encontrem em pleno funcionamento, a CEJP tem desenvolvido um conjunto de formações que têm em vista a revitalização das comissões bem como dotá-las de instrumentos para o desenvolvimento de actividades ligadas com as áreas temáticas deste plano. Os beneficiários das formações são os agentes de pastoral provenientes das três regiões eclesiais. Entendemos por agentes de pastoral, os membros das comissões locais da Justiça e Paz e activistas sociais. Os formados por sua vez, dotados de metodologias e de material didático, têm a tarefa de formar agentes ao nível das dioceses e estes ao nível das paróquias (Formação em cascata). Em média, as formações tem uma duração de 4 dias e são ministradas pela equipa da CEJP e para temas específicos por formadores contratados.

Tendas da Justiça:

A Tenda da Justiça é um espaço que permite dirimir litígios, despondo de um mecanismo de resolução auxiliar de problemas legais. Para o efeito, são convidados juristas, técnicos jurídicos, advogados e anciãos para fazer auscultação e aconselhamento jurídico. Está previsto no plano oferecer 1 dia mensal de atendimento jurídico gratuito em 6 dioceses com possibilidade de assistência posterior nos escritórios paroquiais que constituem a extensão da tenda da justiça.

Campanhas de equipas móveis de registo civil, BIs, casamento:

Prevemos levar equipas multissetoriais de funcionários públicos para comunidades necessitadas facilitando-as o registo civil, BI, NUIT e casamento civil.

Análise e pesquisa:

Tem em vista obter informação verídica das realidades em que a população vive para fundamentar a necessidade de intervenção, de fazer advocacia e lobbying. As análises serão regulares (trimestrais) e as pesquisas sempre que surgem temas relevantes. Também se faz estudos de casos de megaprojectos.

Advocacia e Lobbying:

Com base nas análises e pesquisas a CEJP prevê fazer devido uso para influenciar os detentores do poder com intuito de eliminar injustiças e violações de Direitos Humanos através de:

- Observação eleitoral: A CEJP faz a observação eleitoral juntando-se a outras OSCs e plataformas. A observação eleitoral tem uma dimensão de cidadania activa. Os passos da observação eleitoral incluem a identificação de observadores no seio dos agentes da justiça e paz nas dioceses, que posteriormente são formados em parceria com outras OSCs e credenciados pelos órgãos de administração eleitoral.
- Mesas redondas: para elas são convidados políticos, religiosos, académicos para debater determinados temas de interesse social, cujos relatórios serão publicamente divulgados.
- Debates públicos: são espaços de interação entre os cidadãos e personalidades públicas bem como membros do governo. Ambos, mesas redondas e debates públicos, decorrem em Maputo e em algumas dioceses.
- Campanhas de sensibilização sobre direitos da criança e das mulheres e reivindicação de direitos nas comunidades, escolas: marchas, teatros, concursos.
- Trabalho com as médias: comunicados de imprensa e mensagens nas redes sociais.
- Petições e exposições de situações problemáticas endereçadas aos detentores do poder.

- Denúncias de casos identificados e documentados de violações de Direitos Humanos ao nível das comunidades: As Comissões Diocesanas ou Paroquiais oferecem um serviço as vítimas, de registo, aconselhamento e respectivo seguimento. Recebem apoio técnico da CEJP que fornece-as instrumentos de trabalho.
- A monitoria da implementação dos programas de desenvolvimento é composta por dois passos: a análise do cumprimento dos planos e políticas públicas e partilhar os resultados e recomendações das comunidades com os membros dos fóruns, plataformas e observatórios.

Trabalho em rede:

A Comissão Episcopal de Justiça e Paz procura estabelecer parcerias com entidades que prossigam objectivos comuns e pratica uma metodologia de trabalho em rede com os diferentes parceiros, dentro de um espírito ecuménico e numa perspectiva de cidadania activa e responsável. Para além de trabalhar em rede com OSCs nacionais e internacionais de direitos humanos. Prevê-se o intercâmbio Sul-Sul com organizações regionais e intercontinentais (entre África e América Latina) como método de aprendizagem mútua.

Publicações e informações:

As publicações aparecem como corolário das actividades desenvolvidas pela CEJP. Os textos das publicações são maioritariamente extraídos dos Ciclos de Conferências sobre a DSI. Outros textos, publicados pela Comissão são brochuras das leis, dos Direitos Humanos ou documentos fruto de parcerias tal é o exemplo do Manual de formação de Agentes de Justiça e Paz a nível paroquial, bem como, a Laudato Si. Estes textos servem à posterior como base de estudo, base de formações de defesa dos direitos do cidadão quer em grupo ou de forma individual dos agentes de Justiça e Paz nas suas paróquias e comunidades.

4.5 Sistemas

4.5.1. Comunicação

Linhas de articulação interna e externa:

- A CEJP recebe orientações da CEM através do Departamento Social, dissemina-as e articula as actividades previstas com os Secretariados da Pastoral de cada diocese e com os coordenadores de CDJP, onde a mesma está bem estruturada e tem uma coordenação. A mesma regra de articulação usa-se das Comissões Diocesanas para baixo, isto é, para as paróquias e comunidades.
- A CEJP e as CDJPs partilham semestralmente os seus planos e relatórios de actividades.
- Articulação entre a equipa da CEJP: observa as regras da organização interna com reuniões/teleconferências.
- Articulação entre CEJP, colaboradores, parceiros locais e internacionais (doadores): a iniciativa pode ser da CEJP ou das Comissões Diocesanas.
- O Secretário Geral da CEJP informa o Departamento Social sobre o decurso das negociações de parceria. Deve-se obter o consentimento do Presidente da CEJP que emitirá a respectiva carta de recomendação para o Secretário Geral posteriormente pode assinar os MdEs e contratos de projectos.
- Articulação com as médias: Quando a CEJP tenciona publicar qualquer documento nos órgãos da comunicação social, deverá dar prévio conhecimento ao Presidente da CEM que autoriza a publicação.
- Articulação com instituições de governo: Em relação às conferências, semanas sociais e outros eventos da CEJP, o Secretário Geral deve dar a conhecer ao Presidente da CEJP para o respectivo consentimento. No caso de petições e cartas a Assembleia da República serão observadas as normas vigentes no Estado Moçambicano e as regras internas da CEM.

4.5.2. Gestão do programa e projectos

Processo da planificação

O plano estratégico será a base para os planos operacionais anuais. ACEJP realiza encontros anuais de planificação com as Comissões

Diocesanas de Justiça e Paz. Em relação à planificação interna a CEJP realiza encontros mensais e semanais da equipa de trabalho.

Monitoria e Avaliação

O Plano Estratégico estará sujeito a um plano de monitoria, orientado pelos objectivos e indicadores identificados. Cada projecto deve ter um plano de monitoria. A monitoria dos planos anuais será semestral para permitir ajuste e mudança de estratégias caso for necessário.

A avaliação do PE está prevista em duas fases: uma avaliação intermédia e uma avaliação final.

A tabela abaixo será usada como instrumento de monitoria das actividades desenvolvidas pela Comissão.

M&A PLANO									
Elementos	Indicador	Recolha de dados				Meio de Análise		Uso da informação	
		Método	Frequência	Quem recolhe	A quem inquirir	Tipo	Grupos de comparação	A quem comunicar	
O.E.1									
O.E.2									
O.E.3									
O.E.4									
PROD 1.1.1									
ACTIV 1.1.1									

4.5.3. Gestão financeira

A CEJP usa um manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros que guia e orienta todas as acções que são tomadas em relação à Administração e Finanças e pode ser adaptado para futuros projectos com vários parceiros. Prevê-se a adaptação do mesmo manual para

os requisitos dos futuros parceiros da CEJP. A CEJP tem passado por avaliações financeiras periódicas através de um instrumento designado Mangos's Financial Health Check.

A CEJP para a realização das suas actividades trabalha com fundos provenientes de doações de parceiros aos quais ela presta contas. Internamente a CEJP presta contas à CEM através do seu Presidente. Normalmente a prestação de contas é efectuada trimestralmente dependendo do tipo de acordo de financiamento que tiver assinado. Caso, tal acordo contemple actividades específicas numa determinada Diocese, esta tem a obrigação de prestar contas junto à CEJP.

No ambito do Plano Estratégico prevê-se auditorias dos projectos conforme os requisitos dos respectivos financiadores.

4.6 Habilidades

A CEJP tem experiência em:

- Organização de conferências e formações dos agentes da pastoral;
- Transmissão de conhecimentos da DSI, Direitos Humanos, pacotes de leis;
- Habilidade de fazer a observação eleitoral apoiando-se por diversas ferramentas;
- Estabelecimento de parcerias e celebração de Memorandos de Entendimento
- Análises e pesquisas através do GRI
- Advocacia e lobbying
- Campanhas de divulgação e promoção dos direitos da mulher e criança
- Mediação e resolução de conflitos
- Empoderamento das comunidades
- Prestação de contas.

4.7 Recursos

Recursos humanos: A CEJP dispõe pessoal profissional e experiente na área de justiça e paz e uma rede de colaboradores e voluntários.

Recursos materiais: A CEJP tem um escritório de trabalho arrendado com equipamento informático e uma mini-biblioteca. Nesta fase de expansão de actividades será necessário um aumento de equipamentos e materiais para a realização do trabalho.

Recursos financeiros: A CEJP não possui recursos financeiros próprios e neste momento depende dum único doador.

4.8 Sustentabilidade

Em relação à sustentabilidade financeira, a CEJP pretende desenvolver estratégias de angariação de financiamentos e diversificação dos parceiros para a operacionalização do presente plano estratégico e futuros planos. Para diminuir a dependência de apoio externo, é necessário um trabalho de sensibilização nas dioceses e na CEM de suportar uma parte de sustento das comissões: Seria ideal criar um fundo próprio para as comissões.

As actividades de formação e de empoderamento das comunidades fortalecem os seus membros e os seus líderes na defesa dos direitos do cidadão, o trabalho que continua mesmo sem intervenção da CEJP. As campanhas de sensibilização deixam marcas nas comunidades e aumentam a demanda de informação sobre as leis, a DSI e direitos humanos.

A revitalização e o fortalecimento das Comissões Diocesanas apoiadas pela CEJP tornam estas estruturas funcionais e permanentes.

O trabalho de advocacia da CEJP constitui um apoio para o acesso de conhecimento, melhoria de serviços públicos e acesso à justiça.

Por sua vez, a CEJP prevê rendimentos próprios provenientes da venda de publicações, como primeiro passo.